

A PROPÓSITO DOS EXAMES NACIONAIS DE PORTUGUÊS

Carlos Jesus

A propósito de exames nacionais de Português, apetece-me ser provocador, embora ao contrário, se é possível. Com efeito, ao longo do tempo, a propósito dos exames, tenho ouvido críticas constantes e permanentes ao Ministério da Educação, aos Ministros, à equipa que faz os exames, aos formadores, aos exames propriamente ditos e respectivos critérios de classificação. Isto é, o problema é sempre dos outros, de acordo com um hábito muito comum em encontrar justificações para o insucesso sempre algures, num espaço indeterminado, que não pode ser o dos professores, nomeadamente o dos professores correctores.

Não me proponho falar do exame em si mesmo, mas sim do modo como são interpretados os critérios de correcção, pelos professores correctores.

Quero deixar claro que tenho encontrado na formadora com quem tenho trabalhado nos últimos anos uma atitude muito propiciadora de uma troca de experiências efectiva entre correctores, bem como à crítica que constantemente se vai expondo relativamente a tudo aquilo que se refere a exames de Português de 12º ano de escolaridade, mostrando-se constantemente receptiva às sugestões que vão sendo apresentadas.

Com efeito, depois de ter corrigido oitenta e seis exames nacionais, nos meses de Junho e de Julho, e de ter revisto cerca de trinta, a pedi-

do de alunos, não apenas da minha escola, mas também de outras escolas, concluo que em muitos casos o problema reside no modo como são lidos os critérios de correcção no seu todo e não apenas naquilo que em detalhe é apresentado como propostas de resposta a cada pergunta. Assim sendo, os critérios de correcção incluem um parágrafo onde se lê que «os cenários de resposta que se apresentam consideram-se orientações gerais, que visam uma aferição de critérios. Assim, qualquer interpretação que, não coincidindo com as linhas de leitura apresentadas, corresponda às solicitações do item e seja considerada válida pelo professor classificador deve ser classificada em igualdade de circunstâncias com as respostas compreendidas nos cenários fornecidos». Além disso, em cada cenário de resposta, inclui-se o seguinte: «A resposta pode contemplar os aspectos que a seguir se enunciam, ou outros considerados relevantes.»

A partir da revisão das provas de vários alunos concluo que muitas vezes este indicador não é tido em consideração e o facto de a ele não se dar a devida atenção penaliza, principalmente os melhores alunos, aqueles que conseguem olhar para além do texto e com o texto que lhes é apresentado.

Na escola onde lecciono, a Escola Secundária Quinta do Marquês, em Oeiras, não me falta autonomia. Trabalho com os meus alunos os textos

que me passam pela cabeça, suscitados, muitas vezes, por razões que nem eu próprio sei explicar, de tal modo os momentos podem ser importantes para a definição de uma escolha que pode ser a mais adequada a um aluno em concreto. Existem laços muito fortes entre a escola e a comunidade, entre os professores e a comunidade. Os alunos são preparados, não para lerem uma cartilha, mas para despertarem para a natureza das coisas que estão à sua disposição para serem descobertas, nomeadamente aquelas que eles trazem consigo sem o saberem. A liberdade é o norte para onde caminhamos e procuramos preparar os alunos para pensarem pela sua própria cabeça, para estimular o seu sentido crítico, desenvolver neles a noção de que não têm de concordar connosco, mas, em primeiro lugar, que saber pensar é uma atribuição que dá trabalho. Cada vez mais, um professor não é aquele que tem sempre razão. O professor aprecia, sugere, encaminha o raciocínio daqueles que vai acompanhando, principalmente de maneira a que o aluno vá compreendendo que está a construir o seu caminho. É esse caminho individual que me importa. Tenho conhecido miúdos extraordinários. Têm perspectivas de vida, modos de olhar o mundo muito diferentes das minhas perspectivas e do meu modo de olhar o mundo, mas é isso que me estimula e muito me gratifica observar o progresso de um aluno, principalmente se ele pensa de maneira diferente da minha.

Este ano levei setenta alunos a exame nacional de Português e dez ao de Literatura Portuguesa. Os resultados obtidos pelos meus alunos, para além de me surpreenderem, deixaram-me

mal disposto. Dos setenta, vinte e cinco pediram-me que lhes visse a prova que tinham realizado. Vi todos esses exames. Concluí que, em geral, poderiam ter alcançado melhores resultados, bastando para o efeito que tivessem sido tidas em consideração todas as indicações contidas nos critérios de correcção e não apenas as indicações expressas para cada resposta.

Sou formando do Ministério da Educação, ao nível da correcção de exames nacionais há três anos. Eu próprio tenho um relatório para entregar até ao fim deste mês e sei que nele, não poderei deixar de reflectir acerca de tudo isto e de, num ambiente de partilha, colocar à consideração de todos os colegas com quem trabalho esta situação.

Depois de lidos os exames dos meus alunos eu sei que eles não devem sentir incómodo em relação aos resultados que obtiveram, na medida em que, nas suas respostas cumpriram com aquilo que corresponde à sua valia e, muitas vezes, à qualidade dos seus raciocínios.

No entanto, depois de seis anos a dizer-lhes que o mundo era um espaço aberto a explorar, não posso deixar de ficar incomodado com o facto de os seus exames terem sido corrigidos na perspectiva de que esse mundo, em vez de aberto à descoberta deveria ser remetido a uma moldura de procedimentos que em nada está de acordo com aquilo que, nomeadamente ao nível do texto literário deve ser requerido.

O centro de tudo o que acontece numa escola é o aluno. Quando sinto que, de algum modo, isso não acontece, fico triste. Este é um caso desses.